

Senadores querem ouvir presidentes do BC e do BB

Comparecimento de Henrique Meirelles e Cássio Casseb à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de esclarecer denúncias de *IstoÉ* e *Veja*, foi solicitado pelos senadores Eduardo Suplicy, Heloísa Helena e Eduardo Azeredo. Bornhausen pede a suspensão de cotas do fundo partidário para o PT

Páginas 4 e 5

Maciel pede retomada da distribuição de livros

O senador Marco Maciel fez um apelo ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que reveja sua decisão de suspender o programa Literatura em Minha Casa, que distribuía livros da literatura brasileira aos alunos que terminavam a 4ª e a 8ª série do ensino fundamental. Ele argumentou que o programa é essencial para formar o hábito da leitura nas crianças e jovens e termina beneficiando, também, os adultos da família.

Maciel afirmou que, se o Brasil quiser ser um país do presente, deixando o eterno posto de "país do futuro", precisa desenvolver a educação, que representa não somente o acesso ao conhecimento e à cultura, mas sobretudo à participação cívica.

Página 2



Gerardo Magela

"Amazônia não pode continuar estagnada", diz Mozarildo

A ocupação deliberada e racional da Amazônia foi defendida ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti. A região, segundo ele, não pode permanecer pobre e estagnada, nem devastada ambientalmente. "Não é bom para quem lá vive e não serve para o Brasil. A Amazônia não deve continuar sendo um vazio pobre, de escassa população, entregue a ações descontroladas e a ONGs internacionais, ou financiadas do exterior, que agem como se o Brasil não fosse um país soberano", disse.

O senador elogiou a inauguração, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da terceira unidade de processamento de gás natural do campo de Urucu, da Petrobras.

Página 7

CONSULTA Conselho de Comunicação discutiu também a classificação prévia de programas ao vivo

Polêmica marca discussão da Lei do Cabo

Os integrantes do Conselho de Comunicação Social não chegaram a um consenso em torno do parecer da Comissão de TV a Cabo sobre uma nova regulamentação para o artigo 38 da

Lei 8.977/95, conhecida como Lei do Cabo, proposta pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A discordância quanto à necessidade dessa regulamentação, contestada pelos rela-

tores Berenice Mendes e Daniel Herz, ocorreu dentro da própria comissão, o que levou o presidente do conselho a adiar a votação da matéria para a próxima segunda-feira, às 17h.

Página 6

Senado realiza sessões não deliberativas durante toda a semana

Página 3



INTERAÇÃO Hélio Costa quer evitar que conteúdos sejam transmitidos apenas por recursos tecnológicos

Curso a distância deve ter aula presencial, propõe Costa

A Comissão de Educação (CE) deve analisar, em caráter terminativo, proposta do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que determina aos cursos de educação a distância que ministrem aulas presenciais, qualquer que seja o nível do curso ou a sua modalidade.

O projeto (PLS 118/04), que será relatado pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), tem por objetivo evitar que os conteúdos sejam transmitidos apenas por intermédio de recursos tecnológicos, dispensando as "opções semipresenciais". Segundo o autor da proposta, esse procedimento predominante entre os cursos de educação a distância contraria o entendimento de especialistas.

Na visão dos estudiosos, embora os recursos tecnológicos sejam instrumentos indispensáveis para a troca de conhecimentos a distância, o programa deve proporcionar a alunos, tutores e professores oportunidades de interação face a face, essenciais para compartilhar conteúdos e experiências, explica Hélio Costa.

Maciel defende programa de distribuição de livros

■ Senador critica decisão do MEC de suspender entrega de obras de literatura a alunos do ensino fundamental

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez um apelo ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que reveja sua decisão de suspender o programa Literatura em Minha Casa, que distribuía livros da literatura brasileira aos alunos que terminavam a 4ª e a 8ª séries do ensino fundamental. Ele destacou a importância do programa para formar o hábito da leitura nos jovens, o que também se reflete



Roosevelt Pinheiro

COMPROMISSO País precisa desenvolver a educação e cuidar da inclusão digital, afirma Marco Maciel

nos adultos da família.

– Contesto a validade da decisão do MEC, de suspender o programa para avaliar os resultados da distribuição dos livros

paradidáticos. Todos sabemos que isso equivale a cancelar o programa – protestou ele.

Maciel afirmou que, se o Brasil quiser ser um país do presente, precisa desenvolver a educação. Ele acrescentou ainda que o Brasil precisa cuidar da inclusão digital, possibilitando aos jovens o acesso a computadores nas escolas, e citou o escritor Norberto Bobbio, para quem o mundo hoje está dividido entre os que sabem e os que não sabem.

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também criticaram a decisão do ministro da Educação de suspender o programa.



Célio Azeredo

LIMITAÇÕES Para Marcelo Crivella, investimentos públicos têm ficado aquém das necessidades do país

Projeto de Crivella amplia verba para saúde e educação

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto que determina a estados e municípios que empreguem em saúde e educação a rentabilidade resultante de aplicação financeira feita com recursos oriundos da arrecadação tributária. Para o parlamentar, os investimentos governamentais nessas duas áreas não atendem às necessidades do país.

A proposta, que será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também estabelece que os recursos não poderão ser utilizados para comprovar o cumprimento dos limites constitucionais exigidos para aplicação em saúde e educação.

Crivella argumenta que, apesar de existirem vinculações orçamentárias e financeiras à aplicação de recursos nesses dois serviços públicos, são enormes as dificuldades para manter a saúde e a educação.

Dificuldades

Para o parlamentar, é público e notório que os recursos do Sistema Único de Saúde e dos diversos programas educacionais não atendem satisfatoriamente às necessidades dos entes federados, que também são obrigados a participar financeiramente com recursos próprios para essas ações.

O senador alega ainda que as fontes de recursos dos estados, Distrito Federal e municípios são limitadas e poucas são as de caráter discricionário. Ao propor que a rentabilidade obtida por eles, com a aplicação financeira de recursos próprios, seja obrigatoriamente direcionada para saúde e educação, nas próprias unidades federadas, Crivella disse que está propiciando o correto uso do dinheiro público em benefício da sociedade.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 14h30

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, será não deliberativa, destinada a discursos de senadores. O Plenário vai retomar a análise de propostas da pauta no próximo dia 10. Entre elas, estão quatro medidas provisórias (MPs), um projeto de lei de conversão e um projeto de lei da Câmara que tramita em regime de urgência.

Célio Azeredo



CCJ promove primeira reunião do semestre

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza amanhã, às 10h, a primeira reunião do segundo semestre. Entre os quarenta itens da pauta, destaca-se a PEC 42/03, que

muda os limites máximos de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais e altera a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

Retransmita a Rádio Senado

Pela página da Rádio Agência, na Internet, é possível ter acesso aos programas da Rádio Senado. O serviço é gratuito e para o download basta cadastrar a emissora no site www.senado.gov.br/radio.

Brasil e Croácia em debate

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, apresentado pela TV Senado às 20h30. Ele discute as relações diplomáticas entre o Brasil e a Croácia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Fotos: Roosevelt Pinheiro



CRIME Valmir Amaral lembra que maiores consumidores de cola são crianças e adolescentes

Valmir Amaral quer coibir uso de cola como entorpecente

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação do relator, projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que proíbe a produção e a comercialização de colas que contenham substâncias psicoativas. A intenção é acabar com a possibilidade de utilização da cola de sapateiro como entorpecente.

O projeto estabelece que a produção e comercialização do que denomina “adesivos de contato que contenham substâncias capazes de produzir dependência física ou psíquica” configuram infração à legislação sanitária federal. A matéria será também votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Valmir Amaral lembra a gravidade da situação de consumo de entorpecentes por crianças e adolescentes no Brasil e cita levantamento do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), segundo o qual os solventes são o grupo de drogas mais consumido entre estudantes dos ensinos fundamental e médio, quando excluídos da análise o álcool e o tabaco. De acordo com o levantamento, 13,8% dos estudantes pesquisados já haviam experimentado solventes.

– São dados assustadores, principalmente se pensarmos que os solventes – componentes psicoativos da chamada cola de sapateiro – sempre tiveram o seu uso associado a meninos e meninas de rua. Com efeito, esse grupo está mais sujeito a fazer uso de solventes. Contudo, constatou-se que o problema é bem mais generalizado do que se supunha – disse.

Plenário realiza sessão deliberativa no dia 10

■ Nesta semana, Plenário terá apenas sessões não-deliberativas. A pauta está trancada por quatro MPs

O Plenário realiza, durante toda esta semana, sessões não deliberativas – de segunda a quinta-feira, a partir das 14h30, e na sexta-feira, com início às 9h. A primeira sessão deliberativa está prevista para o próximo dia 10. A pauta encontra-se trancada por quatro medidas provisórias (MPs), um projeto de lei de conversão e um projeto de lei da Câmara que tramita em regime de urgência.

O primeiro item da ordem do dia da sessão da próxima terça-feira é a medida provisória que abre crédito extraordinário nos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, no valor de R\$ 100 milhões, em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa (MP 184/04), para a implantação do Sistema de Segurança nos Portos Nacionais.

Dos R\$ 100 milhões, R\$ 39,5 milhões são destinados ao Ministério da Justiça, para a

instalação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima (Nepom) nos principais portos nacionais; R\$ 57,27 milhões para o Ministério dos Transportes, para a realização de obras e implantação de equipamentos de segurança nos portos; e R\$ 3,22 milhões para o Ministério da Defesa, para adaptação dos equipamentos de comunicações do Comando de Operações Navais.

O Sistema de Segurança nos Portos Nacionais será desenvolvido para o cumprimento de acordo resultante da Conferência Diplomática sobre Segurança Marítima. Esse código tem por objetivo a criação de uma rede internacional de comunicação e controle para cooperação em inteligência e ações contra o terrorismo, capaz de coibir o trânsito de armas e pessoas não autorizadas nos portos e de cargas e passageiros clandestinos em navios.

Também está na ordem do dia a medida provisória que autoriza a antecipação imediata, e em uma única parcela, do complemento de atualização monetária dos depósitos em conta vinculada do Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para cidadãos acima de 60 anos que tenham assinado o termo de adesão às regras da Lei Complementar 110/01 (MP 185/04).

As outras duas medidas provisórias da pauta tratam, respectivamente, da remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, do envio de militares das Forças Armadas para o exercício de cargos de natureza militar junto a organismo internacional (MP 187/04), e da abertura de crédito no valor de R\$ 167,75 milhões para o Ministério da Defesa (MP 188/04), destinado ao adestramento e emprego combinado das Forças Armadas e às missões das Nações Unidas no Timor Leste e no Haiti.

Deverão ser ainda votados o projeto de lei da Câmara que disciplina os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação e o projeto de lei de conversão que altera a lei sobre a criação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.



PROTEÇÃO Tourinho afirma que atitude dos patrões prejudica caixas, cobradores e frentistas de postos

Projeto proíbe desconto de prejuízos do empregador

O empregador não pode descontar, no salário do empregado, valores recebidos do consumidor por meio de cheques bancários sem fundos ou de cartão de crédito furtado, roubado ou clonado. Isso é o que prevê projeto de lei de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

De acordo com a proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tal regra vale também na hipótese em que o empregado ou o estabelecimento tenha sido vítima de furto ou roubo registrado em boletim de ocorrência policial. Os acordos e convenções coletivos determinarão as medidas de precaução para o recebimento de cheques bancários, cartões de crédito e guarda dos valores resultantes dos serviços prestados no estabelecimento.

Tourinho lembra que várias categorias de trabalhadores, como caixas, cobradores de ônibus, garçons e frentistas de postos de gasolina, têm sofrido injustamente descontos em seus salários pelos valores que recebem como pagamento por meio de cheques sem fundo e pelos decorrentes de furto ou roubo.

– Nessas circunstâncias, o risco do negócio passa a ser do trabalhador, quando deveria ser de responsabilidade do empregador – observou o senador.

O parlamentar acrescentou que o empregador que descumprir a proibição do desconto no salário do trabalhador terá de pagar multa de valor igual a um salário mínimo, elevada em dobro, no caso de reincidência.

Senado poderá criar Ouvidoria Parlamentar

O Senado Federal poderá passar a contar com uma Ouvidoria Parlamentar para receber reclamações da sociedade em relação ao funcionamento da Casa. Projeto de resolução apresentado pela Mesa está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã, a partir das 10h, para votar outros 38 itens. A proposta tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele acredita que o órgão irá contribuir para aproximar o cidadão do Senado Federal.

À Ouvidoria Parlamentar compete, segundo o projeto, examinar e encaminhar aos órgãos competentes, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público, as reclamações ou representações dos cidadãos sobre ilegalidades ou abuso de poder imputadas a qualquer senador, servidor

do Senado ou outro agente público. Poderá dar encaminhamento também a denúncias de violação dos direitos e liberdades fundamentais e impropriedades praticadas no processo legislativo ou nos serviços administrativos da Casa. O órgão deverá propor medidas para sanar as ilegalidades e realizar audiências públicas sobre assuntos de sua competência.

Jefferson adverte que não compete à Ouvidoria se envolver em discussões sobre o mérito das escolhas políticas realizadas pelos senadores, mas se restringir somente às críticas apresentadas pelos cidadãos sobre o processo legislativo.

De acordo com a proposição, a Ouvidoria Parlamentar seria composta por um ouvidor-geral e um ouvidor-substituto, a serem designados entre os senadores pelo presidente da



INTERAÇÃO Relatório de Jefferson diz que novo órgão poderá aproximar o cidadão do Senado

Casa, com mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.

Na justificativa da matéria, os integrantes da Mesa do Senado argumentam que diversas instituições públicas e privadas já contam com Ouvidoria, a exemplo da Câmara dos Deputados, que criou o órgão em 2001.

Segundo a Mesa, “as atividades da Ouvidoria ajudarão a fortalecer, junto à sociedade, a idéia de um Congresso atento ao sentimento nacional e sensível à crítica social”.

DENÚNCIAS

Revelações das revistas *IstoÉ* e *Veja* a respeito das declarações de Imposto de Renda de dirigentes do Banco Central e do Banco do Brasil provocam discussões em Plenário, e senadores exigem esclarecimentos

Senado pode ouvir presidentes do BC e do BB

Os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, poderão comparecer ainda esta semana ao Senado para prestar esclarecimentos sobre recentes denúncias divulgadas pela imprensa. O

anúncio foi feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy. A senadora Heloísa Helena também informou ontem que apresentará requerimentos com esse objetivo. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ramez Te-

bet, esclareceu que ainda não foi marcada a data da audiência para ouvir os dois dirigentes acusados de omitir informações fiscais à Receita Federal. O assunto foi debatido por vários senadores ontem no Plenário.

Suplicy sugere e governo avalia audiência na CAE

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou que os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, poderão comparecer ainda esta semana ao Senado para prestar esclarecimentos sobre recentes denúncias divulgadas pela imprensa. Os dois, que estão sob suspeita de sonegação fiscal, deporiam na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No final da tarde de ontem, o senador se encontrou com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a quem sugeriu que Meirelles e Casseb compareçam ao Senado por iniciativa própria, antes de um convite formal. O ministro teria dito que a sugestão está sendo avaliada.

Denúncias

Suplicy informou que, ao tomar conhecimento das denúncias feitas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja*, no fim de semana, telefonou para Henrique Meirelles sugerindo que ele tomasse a iniciativa de se oferecer para prestar esclarecimentos aos senadores sobre o teor das denúncias. Suplicy disse que também conversou com o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que teria concordado com os depoimentos, desde que haja um número significativo de senadores em Brasília para participar da reunião.

A revista *IstoÉ* publicou re-

portagem segundo a qual Meirelles teria contas a acertar com a Receita Federal. Ele também foi acusado de ter apresentado declarações de rendimentos conflitantes à Receita e à Justiça Eleitoral. Já a *Veja* publicou matéria baseada em documentos que apontariam supostas irregularidades no gerenciamento da fortuna pessoal do presidente do Banco Central. Suplicy antecipou que Meirelles garantiu que todos os seus atos estão respaldados pela lei em vigor.

Ingressos

Já o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, deverá explicar a compra de R\$ 70 mil em ingressos para um *show* em uma churrascaria em Brasília que teria como objetivo angariar recursos para a construção da nova sede do Partido dos Trabalhadores. A *IstoÉ* deste fim de semana divulgou que Casseb também está sendo investigado pela CPI do Banestado por manter conta bancária em paraíso fiscal sem declarar à Receita Federal.

Suplicy considerou “um procedimento incorreto” a compra, pelo Banco do Brasil, de ingressos que beneficiariam o PT. Ele registrou que a aquisição foi sustada e o dinheiro já voltou para os cofres do banco. Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) avaliou que a situação de Casseb é bem



Fotos: Roosevelt Pinheiro

INICIATIVA Suplicy recomenda a Meirelles e Casseb que compareçam à CAE antes de serem convidados

diferente da de Meirelles. O senador mineiro comentou que o presidente do Banco Central tem condições de se explicar sobre as denúncias.

Gravidade

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) considerou graves todas as denúncias e descartou que esteja havendo “denuncismo irresponsável” por parte da imprensa. Ao contrário, ela viu, nas informações divulgadas, indícios relevantes de crimes cometidos contra a administração pública e defendeu mudanças na legislação, para obrigar toda autoridade pública a prestar esclarecimentos ao Congresso, e não apenas os ministros, como estabelece a lei atual.

Embora não tenha sugerido diretamente nenhuma medida para punir o presidente do BB, Cássio Casseb, Suplicy citou o caso do ex-primeiro-ministro da Alemanha Willy Brandt, que pediu demissão por considerar graves as atividades de espionagem de um assessor.



CONDIÇÃO Tebet concorda com a reunião, mas quer quórum alto na Comissão de Assuntos Econômicos

"Gravidade de denúncias" faz Heloísa cobrar investigação

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) anunciou ontem que apresentará requerimentos para que o Senado ouça de imediato os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, sobre denúncias de que teriam omitido informações em suas declarações de renda à Justiça Eleitoral e à Receita Federal.

Para ela, não é possível tratar denúncias graves como essas com um simples “silêncio sepulcral”, como se o rigor da lei valesse apenas para os mais pobres. O Senado, acrescentou, precisa exigir os procedimentos investigatórios que esclareçam se as denúncias de crimes contra o erário público por parte dos presidentes do BC e do BB são pertinentes ou não.

Heloísa Helena criticou ainda o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo, que têm atrapalhado as votações do Senado. Ela deu o exemplo da reforma do Judiciário, que ainda não foi aprovada porque 200 emendas apresentadas em



ADVERTÊNCIA Heloísa Helena afirma que não é possível manter silêncio diante das denúncias

Plenário permanecem sem definição porque a pauta está sempre trancada por MPs.

Recesso

A senadora afirmou também que não aceita um “recesso branco” de dois meses, enquanto os senadores continuam ganhando seus salários como se estivessem trabalhando em Brasília. Segundo ela, os senadores podem muito bem trabalhar nas eleições municipais nas sextas e segundas-feiras e estar em Brasília para votar entre terça e quinta-feira.

Oposição quer esclarecer tudo, avisa Eduardo Azeredo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu, ontem, a imediata vinda do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para prestar esclarecimentos sobre seu suposto envolvimento em sonegação fiscal, conforme denúncias publicadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja*.

Para Eduardo Azeredo, as denúncias publicadas pelas duas revistas “são graves e não devem ficar sem respostas”. Na sua opinião, o comparecimento espontâneo de Henrique Meirelles ainda esta semana na CAE seria bom para ele e para o país, já que tudo poderia ser esclarecido.

— A oposição não deseja colo-



CONSCIÊNCIA Eduardo Azeredo observa que oposição não deseja colocar fogo na economia

car fogo na economia, mas apenas esclarecer de forma pública todas as denúncias envolvendo o nome do presidente do Banco Central — salientou Eduardo Azeredo.

Tebet: reunião só com número significativo de senadores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informou ontem que ainda não foi marcada a data de audiência para ouvir os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, a respeito das denúncias veiculadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja*.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) — veja matéria acima — sugeriu que a reunião fosse feita ainda hoje, mas o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), vinculou a realização da audiência à presença de “um número significativo de senadores”.

DENÚNCIAS

Líder do governo afirma que não há nada que desabone presidentes do Banco do Brasil e Banco Central. PFL entra com ações contra PT. Antero defende votação de pedidos para CPI do Banestado ouvir Casseb e Candiota

Mercadante diz que Meirelles e Casseb vão esclarecer dúvidas

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), sustentou em entrevista concedida ontem à imprensa, que “não há nada que desabone, no exercício de suas funções”, os presidentes do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil (BB), Cássio Casseb. Conforme denúncias publicadas pela imprensa, eles teriam omitido informações em suas declarações de renda.

– São dois empresários de sucesso na iniciativa privada. As fontes de recursos que receberam estão identificadas e reconhecidas. Tenho certeza de que eles saberão esclarecer qualquer tipo de dúvida – afirmou.

Mercadante disse ainda entender que cabe à Receita Federal se pronunciar “de forma definitiva” sobre os episódios que envolvem o presidente

do Banco Central. “Se houver alguma correção a ser feita – acho que não ocorrerá – ele o fará”. Sobre a eventual aprovação de um convite para que os presidentes do BC e do BB compareçam à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador afirmou que, “para o governo, isso não é nenhum problema”.

– Podem perguntar o que quiserem. As dúvidas serão esclarecidas. Isso faz parte da vida pública. Não temos qualquer problema com esse debate.

Mercadante ponderou que as duas autoridades contribuíram para os atuais resultados positivos na economia, com crescimento econômico superior a 4% nos últimos meses, queda na taxa de juros, redução do desemprego e saldo comercial de US\$ 30 bilhões nos 12 meses passados.



CRESCIMENTO Aloizio Mercadante cobra aprovação das PPPs e outras propostas consideradas relevantes

Para Mercadante, os bons resultados continuarão a ser obtidos e o Congresso deve fazer sua parte, votando projetos destinados a reduzir incertezas e resolver problemas. No caso do Senado, ele citou a necessidade de aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs), da Lei de Biossegurança

e a conclusão da reforma do Judiciário.

Parcerias

Questionado sobre a decisão do PSDB de exigir modificações na proposta das PPPs, o líder governista observou que o governo está disposto a conversar.

– Acho engraçado. Alguns governadores da oposição já implementaram as PPPs em seus estados. Por que a parceria vale para os estados e não para a nação? A verdade é que o crescimento do país exige melhorias nos portos, nas estradas, na infra-estrutura em geral. O Estado não tem dinheiro para isso e a iniciativa privada topou as parcerias. Então, vamos discutir a legislação, superar as dificuldades. É uma legislação complexa, nova. Serão contratos para 30 e até 40 anos e a lei precisa ser bem feita – acrescentou.



DELIBERAÇÃO Antero de Barros pretende convocar reunião de CPI para o próximo dia 10

Antero quer convocação de Casseb e de Candiota

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga evasão de divisas (CPI do Banestado), senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), informou ontem que pretende convocar uma reunião da comissão para o próximo dia 10, a fim de votar diversos requerimentos para depoimentos, inclusive do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e do ex-diretor de Política Monetária do Banco Central Luiz Augusto Candiota.

Os dois, conforme noticiário da imprensa, teriam omitido informações em suas declarações de renda. Os requerimentos são de iniciativa do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

A convocação, no entanto, não garante que haverá a votação dos requerimentos. Nas últimas convocações, o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), pediu verificação de quórum e as reuniões não prosseguiram por falta de número mínimo de parlamentares. Os governistas, maioria na CPI, têm evitado dar quórum para deliberações da CPI do Banestado.

– A CPI não está investigando o presidente do Banco do Brasil, nem diretores do Banco Central, mas sim a evasão de divisas – declarou José Mentor, conforme nota da Agência Câmara.

Mentor afirmou que a CPI tem diligências pendentes desde junho e “que precisam ser realizadas”. Entre as diligências, continuou o deputado, está a convocação do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco.

Bornhausen pede suspensão da cota partidária do PT e demissão do presidente do Banco do Brasil

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) informou ontem, em Plenário, que o PFL entrou com ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o PT, para que seja suspenso, por um ano, o recebimento pelo partido da cota dos recursos do Fundo Partidário. A decisão foi motivada pelas denúncias de que o Banco do Brasil teria patrocinado uma festa, com a participação da dupla sertaneja Zezé de Camargo e Luciano, tendo como objetivo arrecadar fundos para a construção da nova sede do partido. O Banco do Brasil teria adquirido ingressos para a festa no valor de R\$ 70 mil, segundo denúncias da imprensa.

A pena para o recebimento de doação irregular por partidos, conforme o presidente nacional do PFL, é justamente a suspensão do recebimento do fundo partidário pelo prazo de um ano, o que, no seu entendimento “é pouco para a punição de prática moralmente tão nociva à administração pública, inclusive por envolver um partido que governa o país”.

– Pensávamos que durante o

recesso do Congresso somente a partir de 12 de julho o governo melhorasse seu comportamento, sua conduta – disse Bornhausen, lamentando que tenha ocorrido justamente o contrário nesse período, quando mais denúncias foram feitas pela imprensa contra o governo, inclusive envolvendo o nome do presidente do Banco Central.

Bornhausen acrescentou que o PFL também ingressou com pedido de auditoria no Banco do Brasil junto ao Ministério Público para apurar a contabilidade das doações do banco.

Demissão

Em entrevista coletiva que concedeu na manhã de ontem, o presidente nacional do PFL exigiu que o presidente do Banco do Brasil (BB), Cássio Casseb, seja demitido urgentemente. Na sua opinião, Casseb perdeu as condições de ocupar o cargo em função do patrocínio concedido pelo BB para promoção de festa com os cantores Zezé de Camargo e Luciano.

– O PFL exige a saída do presidente do Banco do Brasil e dos diretores que permitiram



ATITUDE Bornhausen: “Pensávamos que durante recesso o governo melhorasse seu comportamento”

essa doação, por improbidade administrativa e crime eleitoral. É preciso que as providências venham, e com urgência. Da nossa parte, nós tomaremos todas as medidas permitidas para que os responsáveis sejam demitidos e punidos – declarou.

Segundo Bornhausen, o PFL também solicitaria auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), e entraria, ainda, com ação indenizatória, para que os recursos sejam devolvidos ao Banco do Brasil.

Mesmo que o presidente do BB venha a ser demitido, o

senador pretende que Casseb seja convocado para prestar esclarecimentos ao Congresso. Caso ele não apresente provas convincentes em seu favor, Bornhausen acredita que ele pode sofrer outras penalidades.

– A demissão se torna necessária, senão o presidente da República dá cobertura a esse ato imoral e passa a ser corresponsável por essa doação irregular. Isso é um descalabro, um absurdo, uma coisa que não se poderia imaginar na nossa democracia – analisou.

Para Bornhausen, a confusão se dá porque o governo fez indicações para a diretoria do banco obedecendo critérios políticos.

– É lamentável preencher politicamente quadros de um banco que precisa atender a toda a sociedade. O Banco do Brasil não é propriedade do PT. Não há por que misturar a coisa pública com a atividade de partido político. A falta de responsabilidade com o dinheiro público permitiu a doação criminosa de R\$ 70 mil para a sede do PT – observou.

Conselho de Comunicação discute classificação de jornalismo ao vivo

■ Colegiado recebe consulta do Ministério da Justiça sobre uso de cenas de violência, sexo e drogas

O Conselho de Comunicação Social discutiu ontem consulta do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça (MJ) sobre seu posicionamento acerca da atribuição de classificação indicativa de programa ao vivo. O foco da abordagem seria o enquadramento prévio de programas jornalísticos ao vivo, a exemplo do *Cidade Alerta*, produzido pela Rede Record.

No ofício enviado aos conselheiros, o diretor do depar-

tamento, José Eduardo Elias Romão, informou que monitoramento realizado no *Cidade Alerta*, em maio passado, revelou “uma série de cenas inadequadas ao horário em que são veiculadas”. Questionada pelo Ministério da Justiça sobre o conteúdo do programa, a Record disse evitar “a exibição de cenas que representem violência aleatória, ou que agridam a dignidade humana”.

Apesar das considerações da emissora, o Ministério da Justiça concluiu que a classificação indicativa de programa jornalístico merece “atenção mais apurada”, na perspectiva de harmonizar os princípios constitucionais da livre expressão da atividade de comunicação e da proteção da criança e do adolescente. Assim, instou o

Conselho de Comunicação a se manifestar sobre seis questões, que incluem a possibilidade de exibição de cenas de sexo, violência e drogas nesses programas; e se deve ser permitido que crianças de dez anos tenham acesso às imagens e se esses programas devem ter classificação indicativa.

Defesa

Ligado à Rede Record, o conselheiro Roberto Wagner informou que o *Cidade Alerta* está sofrendo ajustes, com possibilidade até de sair do ar, e que sua produção está mais atenta à veiculação de matérias envolvendo drogas. Sobre o pleito ministerial, afirmou que “não há base constitucional” para o monitoramento de programas jornalísticos ao vivo. O presidente do conselho, José Paulo

Cavalcanti Filho, observou que decisão do STF impede que se tire do ar programa futuro, caso do “ao vivo”.

Na opinião do conselheiro Alberto Dines, ao analisar essa questão, o colegiado deve procurar definir o que é um programa jornalístico.

– O Ratinho se dizia um programa jornalístico e foi provado que as produções eram montadas – assinalou.

Apesar dessas ponderações, a maioria dos conselheiros considerou oportuna uma posição formal do Conselho de Comunicação sobre o assunto. Embora creiam que seja fundamental discutir a qualidade da programação da TV, advertem que não se pode perder de vista sua análise dentro de princípios democráticos.

Cinco CPIs aguardam indicações de integrantes

Cinco comissões parlamentares mistas de inquérito (CPIs) poderão começar a funcionar ainda neste semestre. Uma vez concluídas as indicações dos integrantes pelos partidos políticos, as comissões passarão a investigar temas como a atuação dos fundos de pensão e a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de vetar a venda da fábrica de chocolates Garoto à empresa Nestlé.

A CPI destinada a investigar a atividade dos fundos de pensão e fundações deverá iniciar em breve os trabalhos. Proposta pelo deputado Robson Tuma (PFL-SP), a comissão mista já recebeu indicações de sete dos 12 senadores titulares. Porém, apenas um deputado federal foi apontado até o momento. Quando seis outros deputados forem indicados pelos partidos, a comissão poderá ser instalada.

Pardais

Também já foram indicados seis dos 14 senadores que integrarão a CPI que analisará as aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio dos radares eletrônicos conhecidos como “pardais”. O requerimento de criação da comissão é do senador Aelton Freitas (PL-MG). Nenhum deputado foi apontado até o momento.

As lideranças na Câmara ainda precisam, igualmente, indicar os integrantes para a comissão, sugerida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), destinada a investigar a crise da empresa italiana Parmalat e suas conseqüências sobre o setor lácteo brasileiro. Já foram indicados seis, dos 17 senadores titulares.

Quatro senadores, dos 17 titulares previstos, já foram também apontados para a CPI, proposta pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), que vai apurar crimes “praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos”. Ainda não há deputados indicados.

Foram ainda apontados cinco senadores, dos 16 titulares, para a CPI, proposta por Magno Malta (PL-ES), que vai investigar os fatos que conduziram o Cade a desautorizar a compra da Chocolates Garoto pela Nestlé do Brasil.



DEBATES Conselheiros desejam que colegiado apresente posição formal sobre o assunto e advertem para que as análises sigam os princípios democráticos

Adiada votação de lei que regulamenta TV a cabo

Os integrantes do Conselho de Comunicação Social não chegaram a um consenso em torno do parecer da Comissão de TV a Cabo sobre uma nova regulamentação para o artigo 38 da Lei 8.977/95, conhecida como Lei do Cabo, proposta pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A discordância quanto à necessidade dessa regulamentação, contestada pelos relatores Benice Mendes e Daniel Herz, ocorreu dentro da própria comissão, o que levou o presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, a adiar a votação da matéria para a próxima segunda-feira, às 17h.

Na consulta encaminhada ao conselho, a preocupação da Anatel era conferir legalidade à atuação dos “antenistas”, distribuidores de sinal de TV a cabo em áreas de população de baixa renda, privadas da recepção de sinais das emissoras de TV aberta. No Rio de Janeiro, onde conselheiros visitaram três comunidades atendidas pelo serviço, os antenistas são representados pela Abetelmim (Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicações e Melhoramentos e Imagens e Atividades Afins), que reúne 31 empresas operando em 51 comunidades e atendendo mais de 40 mil domicílios.

Na opinião dos relatores, esse problema poderia ser resolvido por meio da edição de uma súmula pela Anatel, com uma aplicação ao caso dos preceitos legais e regulamentares já vigentes. Já o conselheiro Roberto Wagner endossa a proposta de regulamentação oferecida pela Anatel e defende que a mesma contenha especificações que impeçam o uso irregular, pelos antenistas, do sinal das TVs abertas.

O assunto também deve ser debatido, na próxima semana, em congresso da Associação Brasileira de TV por Assinatura (Abta). Um dos dirigentes da entidade, Fernando Mousinho,

expressou apoio, durante reunião de ontem do conselho, à terceirização da distribuição do sinal de TV a cabo via “antenistas” e sugeriu ainda que os mesmos viabilizassem o serviço de banda larga para acesso das comunidades à Internet.

A votação da matéria ocorrerá por meio virtual, devendo o resultado ser divulgado no dia 9. Se prevalecer a decisão pela regulamentação, a questão voltará a ser debatida na próxima reunião, marcada para o dia 30. Na ocasião, também será discutida a relação entre consumidores e companhias telefônicas, alvo de queixas enviadas ao colegiado.



PREOCUPAÇÃO Marcos Guerra sugere linha especial de crédito para produtores de rochas ornamentais

Marcos Guerra propõe medidas para aumento da exportação

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) sugeriu que o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo abra uma linha de crédito para capital de giro destinada às empresas que atuam no setor de rochas ornamentais. Segundo o senador, esse segmento produtivo ressentido de maior disponibilidade de recursos a serem utilizados na produção e no financiamento da comercialização para maior competitividade no mercado externo.

O financiamento para capital de giro seria feito com prazos e encargos financeiros mais acessíveis em relação aos convencionais, praticados por bancos comerciais. De acordo com Marcos Guerra, "só assim o setor de rochas ornamentais do estado do Espírito Santo terá condições de superar as adversidades, permanecendo como um dos mais pujantes segmentos do setor produtivo deste país".

O senador registrou que, em 2003, o faturamento das empresas capixabas do setor correspondeu a US\$ 224,6 milhões, com um incremento de 32% em relação a 2002, representando 52% das exportações brasileiras. Ainda segundo Marcos Guerra, o setor gera no Espírito Santo 20 mil empregos diretos – 10% do total gerado no estado – e 100 mil indiretos.

Mozarildo: é preciso desenvolver a Amazônia

■ Senador critica atuação e ações de ONGs, que, segundo ele, são financiadas pelo exterior

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu uma ocupação deliberada e racional da Amazônia, que, segundo ele, não pode permanecer pobre e estagnada e nem tampouco devastada ambientalmente.

– Não é bom para quem lá vive e não serve para o Brasil. A Amazônia não deve continuar sendo um vazio pobre, de escassa população, entregue a ações descontroladas e a ONGs internacionais, financiadas do exterior, que agem como se o Brasil não fosse um país soberano – disse Mozarildo.

O senador afirmou que há, no Brasil, duas atitudes em relação à Amazônia: uma enxerga uma conspiração internacional para internacionalizá-la, retirá-la do controle brasileiro, seja por invasão militar pura e simples,



PROTEÇÃO Mozarildo quer política de ocupação que preserve a floresta e desenvolva a economia da região

seja por decisão internacional de anular a soberania brasileira sobre a região. A outra postura é a de que nada é preciso fazer, basta deixar tudo como está, como um "aprazível e miserável megaparque natural", sem nenhuma utilidade econômica.

Para Mozarildo, "a verdade está no meio": é preciso ocupar e desenvolver a Amazônia, ao mesmo tempo preservando a floresta. O senador elogiou a inauguração, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da

terceira unidade de processamento de gás natural do campo de Urucu, da Petrobras, que vai aumentar a produção local de gás dos atuais 6 milhões de metros cúbicos por dia para 10 milhões. A ampliação faz parte do projeto de energia a gás da Petrobras para a Amazônia, no valor de US\$ 1 bilhão, e prevê dois gasodutos: Urucu-Manaus e Urucu-Porto Velho.

Durante a inauguração, o presidente Lula pronunciou uma frase que o senador avaliou como um marco para tirar a questão ambiental do imobilismo com que é tratada: "O presidente disse que a Amazônia não é apenas um santuário da Humanidade e que seus habitantes têm o direito de viver dignamente, com proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico". Mozarildo acusou a organização não-governamental WWF de promover uma campanha mundial contra as hidrelétricas, e declarou que a revista *Veja* errou ao publicar reportagem contra a hidroenergia.

Azeredo lamenta ausência de plano de metas

Numa análise da situação econômica do país, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou ontem que o desenvolvimento é uma exigência real da nação e que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ainda não tem um plano para implementá-lo, perdendo tempo em retórica sobre o assunto, para neutralizar críticas e divergências internas em seu partido.

Observando que o desenvolvimento não pode ser retórico, o parlamentar declarou que o Senado deve ficar atento ao que de fato vem ocorrendo na economia e na sociedade brasileiras e no que deveria estar acontecendo para que o Brasil de fato se desenvolvesse.

Eduardo Azeredo reconheceu que alguns dados indicam melhorias na economia, como a queda de meio ponto percentual na taxa de desemprego, mas ressaltou que o reaquecimento da economia resulta mais da agilidade e preparo da empresa brasileira para reconquistar espaços e reocupar sua capacidade ociosa.

Na opinião de Azeredo, não há comprovação de que o governo tenha um plano completo e consistente para atingir metas de desenvolvimento, "nem tampouco clareza de que ele ainda vá apresentá-lo e realizá-lo".

O parlamentar disse que o governo poderia avançar bem

mais nas reformas do Estado e atrair capitais diretos em empreendimentos e projetos de envergadura.

– O que sobra, no entanto, é inventividade para tributar e arrecadar impostos, fazer *marketing*, criar cargos, centralizar o poder, partidizar e aparelhar a administração pública.

Azeredo ressaltou que Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando assumiu a Presidência da República, em 1956, tinha um completo plano de metas.

O senador lembrou que Juscelino também cumpriu o que prometeu, realizando um genuíno mutirão nacional de progresso.



HOMENAGEM Eduardo destaca comemoração do aniversário do fundador da capital do estado

Eduardo se diz orgulhoso por Palmas receber governadores

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou estar orgulhoso de a capital de seu estado, Palmas, estar recebendo os governadores eleitos por seu partido. Estiveram na cidade ontem Ivo Cassol (RO), Geraldo Alckmin (SP), Marconi Perillo (GO), Aécio Neves (MG), Lúcio Alcântara (CE), Cássio Cunha Lima (PB) e Simão Jatene (PA), além do governador do Tocantins, Marcelo Miranda. O parlamentar comunicou que no domingo foi aniversário do fundador de Palmas, José Wilson Siqueira Campos. O senador, que é filho do fundador da cidade, assinalou que Palmas tem muito a comemorar. Ele destacou as ações da atual prefeita, Nilmar Gavino Ruiz, candidata à reeleição. Entre elas, a gratuidade dos ônibus urbanos aos domingos.

O representante tocantinense disse ainda sentir-se orgulhoso pelas ações do Senado Federal no semestre que passou, destacando a aprovação de um salário mínimo "um pouco mais digno".

– Em que pese suas contradições e seus defeitos, nunca houve um período que tenha deixado esta Casa tão próxima da população brasileira – assinalou, acrescentando ter sido bem recebido pela população em seu estado e até em outras cidades que visitou.



Genaldo Magalhães

Projeto que altera Código Civil aguarda sanção

O projeto de lei (PLS 103/04) relatado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – foto –, que muda o Código Civil, está aguardando sanção presidencial. O projeto garante ao cônjuge que abandonar o lar em virtude de risco iminente

à sua integridade física ou moral, ou à dos filhos, os direitos decorrentes da posterior separação judicial.

Pelo projeto, os direitos, mesmo com o abandono de lar, ficarão assegurados desde que haja grave conduta do

outro cônjuge, e ameaça real, desde que o pedido de separação judicial ou separação de corpos seja formulado até um mês após o abandono do lar.

O projeto foi aprovado pelo Senado no dia 24 de junho e enviado imediatamente à

sanção presidencial. Ainda de acordo com a matéria, caberá ao cônjuge que abandonou o lar comprovar, mediante boletim de ocorrência policial ou outros meios legalmente admitidos, que sua integridade e a dos filhos estava ameaçada.



PERIGO Papaléo Paes adverte sobre riscos de inseticidas para trabalhadores da saúde

Papaléo sugere proteção para aplicador de inseticidas

Os trabalhadores da área da saúde que aplicam inseticidas, conhecidos como mata-mosquitos, não estão protegidos por medidas legais que disciplinem os produtos que utilizam, segundo o senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Foi com o propósito de corrigir essa falha que ele propôs uma regulamentação específica para o uso de inseticidas pela saúde pública.

O projeto (PLS 123/04), que será votado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determina que em atividades de saúde pública sejam usados somente inseticidas registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os produtos terão que cumprir várias exigências descritas na proposta e comprovar a existência de antídotos que desativem os seus componentes, para impedir que os resíduos remanescentes provoquem riscos à saúde dos que os utilizam e ao meio ambiente.

Papaléo atribui à autoridade sanitária municipal a responsabilidade de treinar e supervisionar os funcionários encarregados do armazenamento, distribuição, preparação e aplicação dos produtos, além de proporcionar os aparelhos de proteção individual a esses trabalhadores. O descumprimento dessas normas implicará crime de responsabilidade.

O projeto também define as responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde de trabalhadores, de terceiros e ao meio ambiente, provocados por inseticidas utilizados em atividades de saúde pública.

Suassuna quer liberação do PIS a desempregado

■ Senador diz que não se justifica impedimento para que trabalhador nessa situação possa sacar seus recursos

Projeto de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) permite que desempregados involuntários com mais de 45 anos possam sacar seus recursos no fundo de participação do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

De acordo com a proposta, os requisitos adicionais a serem preenchidos para o saque do dinheiro pelos que se encontram naquela situação devem ser definidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O PIS/Pasep passou a ser destinado, a partir de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DECISÃO Projeto de Ney Suassuna aguarda votação em caráter terminativo na CAS

1989, ao custeio do Programa de Seguro Desemprego. Desde então, representa um estoque de recursos sem novos aportes. Os valores pertencem aos trabalhadores cadastrados no PIS/Pasep até 1988 e somam, atualmente, R\$ 25,4 bilhões.

O saque das contas, hoje, é possível apenas nos casos de aposentadoria, transferência

de militar para a reserva, invalidez, doenças como Aids e câncer, benefício assistencial a idosos e deficientes, e morte do trabalhador.

– Não há previsão de saque em caso de desemprego. Tal impedimento é um verdadeiro contra-senso, afinal, tendo em vista esses tempos de elevadíssimas taxas de desocupação, não há justificativa para que o trabalhador, encontrando-se na difícil e muitas vezes desesperadora situação de desempregado, não possa utilizar os recursos que lhe pertencem, em especial quando mais velho, de baixa renda e sem outra fonte de sustento.

A proposta de Ney Suassuna receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ou seja, caso aprovada, segue direto ao exame da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

Paulo Paim defende redução de tributo para estimular contrato

O senador Paulo Paim (PT-RS) pretende que contratações de novos empregados tenham redução de encargos sociais. Projeto nesse sentido aguarda decisão final (terminativa) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria, se aprovada na comissão, segue direto para análise da Câmara dos Deputados, a não ser que um mínimo de nove senadores peçam exame do texto pelo Plenário do Senado.

Paim alega, na justificativa do projeto, que a estrutura rígida de contratação no Brasil estimula práticas irregulares no processo, sem assinatura de carteira de trabalho, o que

é prejudicial para o trabalhador. Por isso, o senador deseja facilitar às empresas o acesso à contratação de novos empregados.

– No mundo inteiro, existe uma tendência no sentido de diminuir os encargos sociais, o que, para muitos, aumenta não só a oferta de emprego, como também o valor dos salários – disse Paim.

O projeto diminui de 8% para 5% a alíquota da contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e também reduz à metade as alíquotas de contribuições sociais destinadas a instituições como Serviço Social da Indústria (Sesi), Ser-



SOLUÇÃO Paulo Paim sugere alíquota menor para contribuições ao FGTS e entidades do Sistema S

viço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outras.

Jucá elogia câmara de comércio

A Câmara de Comércio Americana tem contribuído de forma decisiva para o aumento do comércio entre o Brasil e os Estados Unidos nesses 85 anos de atividade, segundo avaliação do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Com base em São Paulo, a entidade tem

funcionado como importante e sensível radar das tendências e possibilidades do constante incremento das trocas comerciais entre os dois países, disse o parlamentar.

No início deste ano, informou Romero Jucá, a câmara contava com um quadro de mais de 5,5

mil associados, destacando-se majoritariamente as empresas brasileiras, que respondem por 73% do quadro social, e as norte-americanas, com 21%. Participam ainda dessa associação sem fins lucrativos mais de 600 outras empresas de diferentes nacionalidades.

Senado aprova pesar pelo falecimento de Stênio Congro

O Senado aprovou voto de pesar, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pela morte do diretor do *Jornal do Povo*, de Três Lagoas (MS), Stênio Congro. Aos 84 anos, ele morreu na semana passada. Stênio Congro foi procurador de Justiça, presidente da Câmara de Três Lagoas, advogado e militante do PMDB. O senador Marco Maciel (PFL-PE) associou-se ao pesar.

O pai de Stênio, Rosário Congro, foi prefeito de Três Lagoas e deputado estadual. Seu filho, Rosário Congro Neto, dirige o jornal e a TV Concórdia.

– Perdi um amigo insubstituível. Ele era daqueles homens cuja marca hoje poucos têm: Stênio pautou sua vida no ideal de servir. Também tinha um grande sentimento partidário, embora não abrisse mão dos seus postulados. Ele soube ser amigo e leal aos companheiros – afirmou Ramez Tebet.

Heloísa Helena lamenta morte da estilista Vera Arruda

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apresentou ontem, em Plenário, requerimento para envio de condolências pela morte da estilista alagoana Vera Arruda, ocorrida no último sábado, na cidade de São Paulo, em consequência de complicações resultantes de câncer.

Traçando um breve perfil da homenageada, a senadora por Alagoas lembrou que Vera Arruda, nascida em Palmeira dos Índios, estreou em 1998, em São Paulo, com um desfile no Phytoervas Fashion Awards. Logo em seguida foi convidada para estudar no Studio Berçot, em Paris, e começou a desenvolver acessórios para grifes como Ellus e Rosa Chá.

Vera Arruda, disse Heloísa Helena, era uma profissional criativa e ousada, precursora do estilo artesanal e romântico que virou febre entre outras jovens estilistas, com o uso do *patchwork* (tecido composto de retalhos), estampas, bordados e crochê.